

**Título:** Qual o gênero do seu mijo? Uma reflexão sobre a luta por políticas de afirmação de gêneros dissidentes na utilização de banheiros públicos dentro da UFPB.<sup>1</sup>

**Autora:** Luciana Maria Ribeiro de Oliveira (UFPB/PB)

**Coautoras:** Ayira Sizernando Liberato (UFPB/PB)

Gabriella kollontai Silva (UFPB/PB)

Jota Joana Cabral Fagundes Isnard (UFPB/PB)

Murilo Bento Lorenzi Catunda (UFPB/PB)

**Palavras Chave:** Gênero; Políticas Afirmativas; Banheiro Público

## **Introdução**

As universidades públicas, tradicionalmente vistas como um espaço de conhecimento democrático, progressista e inclusivo, revelam-se também como um campo de disputas intensas. Essas disputas, que se manifestam de forma teórica, narrativa e política, refletem as diversas realidades e experiências vividas dentro de suas paredes. No centro dessas tensões, encontramos a nossa vivência (pessoas trans e travestis), cujas existências no espaço acadêmico expõem as falhas CISTêmicas (LIBERATO, 2022) em garantir direitos fundamentais, como também a transfobia institucional enraizada em nossa sociedade. Um exemplo notável dessa falha é a questão da utilização de banheiros, que, apesar de parecer trivial e banal, para muitas pessoas cisgêneras, se torna um campo de batalha crucial para o reconhecimento e respeito à identidade de gênero.

Paul Preciado (2019) evidencia como a cisgeneridade e o sistema capitalista-cis-heterossexual transformam banheiros públicos em espaços de controle e reprodução de normas de gênero. A categoria gênero pode ser uma forma de exemplificarmos como podemos separar pessoas, essa falácia é perpetuada desde muito tempo (aqui obviamente nos momentos de colonização pelos quais passamos e ainda estamos passando) (Preciado, 2017), afinal o gênero pode nos unir (como um coletivo de pessoas), ou nos colocar à margem. A categoria gênero produz exclusão e necropolítica, pois trabalha a partir da binariedades. Assim, quando pensamos sobre a reprodução de espaços de controle de corpos não cis: provocamos exclusão. Da mesma forma, Jota Mombaça (2015) destaca as violências sutis e explícitas presentes no espaço acadêmico, onde certas vozes são

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

silenciadas e marginalizadas. Tais análises serão aprofundadas no decorrer deste artigo e são fundamentais para compreendermos as dificuldades enfrentadas por nós (pessoas trans/travestis) em instituições universitárias.

Nesse contexto, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem sido palco de significativo de embates, tensões e lutas, mas também, de conquistas. Nos anos de 2022 e 2023, o projeto de extensão Cine Trava (PROEX/PROBEX), o projeto de extensão Bixa Exibida (UFPB No Seu Município), o Comitê de políticas de Enfrentamento e Prevenção à Violência Contrás as Mulheres da UFPB (COMU), o projeto de extensão Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP), o Diretório Central dos Estudante (DCE), o Movimento Estudantil OCUPA/UFPB, entre outros coletivos, organizaram uma série de mobilizações em protesto a mais um caso corriqueiro de transfobia ocorrido em um dos banheiro da Universidade no ano de 2022, que repercutiu interna e externamente, ganhando atenção tanto de dentro da UFPB, como também de jornais e mídias sociais. As mobilizações culminaram na escrita, propositura e, por fim, aprovação de uma resolução histórica em dezembro de 2023 pelo Conselho Superior Universitário (CONSUNI). Essa medida aprovada assegura o direito de estudantes, servidores e visitantes de utilizarem banheiros e demais espaços segregados por gênero de acordo com sua identidade de gênero autodeclarada, independentemente do registro civil.

Este artigo tem como objetivo contextualizar histórica e teoricamente as violências sofridas por nós, pessoas trans/travestis, na tentativa da utilização de banheiros na UFPB. Além disso, busca destacar a importância das lutas empreendidas e as conquistas obtidas, evidenciando como essas ações representam um marco significativo na busca por direitos e respeito dentro do ambiente universitário.

## **1. A Universidade: espaço de disputas**

O ambiente universitário, frequentemente idealizado como um espaço de desenvolvimento intelectual e crescimento pessoal é, na realidade, um microcosmo das disputas sociais mais amplas. As universidades, como instituições que refletem e influenciam a sociedade, são arenas onde diferentes ideias, narrativas e práticas políticas entram em conflito cotidianamente. Esse espaço de disputas é marcado por confrontos que se manifestam nas políticas institucionais, nas interações sociais e nas práticas culturais.

As disputas teóricas no ambiente universitário envolvem a contestação de ideias e a luta pelo reconhecimento de diferentes epistemologias. As teorias queer e trans, por

exemplo, desafiam as normas estabelecidas pela cisgeneridade e propõem novas formas de entender e experienciar o gênero. Tais teorias não apenas questionam as bases tradicionais do conhecimento, mas também propõem uma reconceitualização das identidades e das relações de poder. Este embate teórico é crucial para a evolução do pensamento acadêmico e para a inclusão de perspectivas marginalizadas.

Nesse contexto das disputas teóricas, é importante mencionar que as universidades, muitas vezes, funcionam como guardiãs de conhecimentos tradicionais e normativos, resistindo às mudanças que desafiam o *status quo*. Teóricos como Judith Butler, Michel Foucault e Paul Preciado têm sido fundamentais na desconstrução das noções de gênero, sexo e sexualidade, proporcionando um novo entendimento sobre essas categorias.

As narrativas predominantes nas universidades refletem e perpetuam as desigualdades sociais. A presença e a visibilidade de nossas histórias trans e travestis, por exemplo, são frequentemente limitadas ou distorcidas por narrativas dominantes que privilegiam a cisgeneridade e a heteronormatividade. As disputas narrativas envolvem a luta pelo espaço para contar histórias diversas e validar as experiências de grupos historicamente marginalizados. Esse processo é essencial para a construção de uma compreensão mais completa e justa das diversas experiências humanas.

As narrativas dominantes nas universidades excluem e marginalizam as vozes dissidentes. Isso se manifesta em currículos que não contemplam a diversidade de experiências de gêneros e sexualidades e em ambientes onde a discriminação e a violência são naturalizadas. A inclusão de narrativas trans e travestis nos espaços acadêmicos não é apenas uma questão de representação, mas também de justiça epistemológica. Garantir que nossas vozes sejam ouvidas é um passo crucial para dismantelar as estruturas de poder que perpetuam a exclusão.

O ambiente universitário também é um espaço de intensas disputas. Políticas institucionais relacionadas à diversidade, inclusão e direitos humanos são frequentemente contestadas. Na UFPB, em específico, passamos por uma intervenção do ex-presidente Bolsonaro que nomeou, no ano de 2020, o candidato que ficou em terceiro lugar na lista tríplice, o professor Valdiney Gouveia, alinhado ao pensamento conservador e neoliberal da presidência da república da época. Este, permanece como interventor da UFPB ainda no ano de 2024 e tem conduzido diversos processos administrativos e judiciais contra discentes e docentes, muitas vezes, em retaliação às manifestações e ações que buscam defender a inclusão e os direitos humanos dentro da UFPB.

As lutas por políticas de reconhecimento de gênero, como o direito de uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero autodeclarada, exemplificam essas disputas. As decisões tomadas têm impactos profundos na vida dos indivíduos e na cultura institucional.

As disputas políticas nas universidades também refletem as tensões mais amplas da sociedade em torno de questões de gênero e sexualidade. Movimentos estudantis e coletivos ativistas desempenham um papel fundamental na promoção de mudanças políticas e institucionais, desafiando normas estabelecidas e lutando por políticas inclusivas. Esses embates, na maioria das vezes, enfrentam resistência tanto de dentro quanto de fora da universidade.

Além de serem espaços de disputas, as universidades têm um papel crucial na transformação social. Elas são centros de produção de conhecimento e de formação de futuros profissionais, o que lhes deveria conferir uma responsabilidade especial na promoção de valores de inclusão e respeito às diferenças. Assim, as transformações nas políticas institucionais das universidades têm um efeito cascata, influenciando outras instituições e a sociedade como um todo.

Por meio do tripé - pesquisa, ensino e extensão - as universidades podem promover um entendimento mais profundo das questões de gênero e sexualidade, desafiar preconceitos e estigmas, além de apoiar a construção de uma sociedade mais inclusiva. Iniciativas como o projeto de extensão Cine Trava no âmbito da UFPB, são exemplos de como a universidade pode ser um importante agente de mudança social, promovendo a visibilidade e os direitos da população trans e travesti. Assim, compreende-se que o ambiente universitário se constrói não apenas como um espaço de aprendizado e pesquisa, mas também como um campo de batalhas teóricas, narrativas e políticas. Reconhecer essas disputas é fundamental para entender nossas vivências dentro das universidades e nossas lutas por reconhecimento e direitos básicos que são emblemáticos e oferecem *insights* valiosos para a transformação das instituições educacionais.

Para que as universidades cumpram seu papel transformador, é necessário um compromisso contínuo com a diversidade e a inclusão, bem como uma disposição para enfrentar e superar as resistências que surgem nesse processo de negociação de ideias, vivências e narrativas diversas.

## 2. Vivências de Pessoas Trans/Travestis nas Universidades

A vivência de pessoas trans e travestis no ambiente universitário é marcada por desafios significativos que afetam sua existência e permanência nessas instituições. A falta de políticas inclusivas, o preconceito e a discriminação tornam a experiência acadêmica dessas pessoas extremamente complicada. Entender como nossas corpos<sup>2</sup> vivenciam a existência nas universidades é fundamental para identificar os obstáculos enfrentados e promover mudanças que assegurem direitos, dignidade e permanência.

A nossa permanência nas universidades está diretamente ligada à capacidade das instituições de criar um ambiente acolhedor e seguro. No entanto, muitos dos nossos e nossas, relatam experiências de exclusão, assédio e violência, tanto por parte de colegas quanto de funcionários. Esses desafios começam na admissão, onde o processo burocrático pode não reconhecer a identidade de gênero autodeclarada e, continuam no cotidiano universitário, onde o uso de nomes e pronomes corretos, na maioria das vezes, não é respeitado.

Além disso, a ausência de apoio institucional adequado, tais como serviços de saúde mental sensíveis às questões de gênero, grupos de apoio, ou ainda, políticas afirmativas específicas, agravam ainda mais a situação. A falta de referência de professores, servidores e outros discentes trans também contribui para a sensação de isolamento e desamparo. O que resulta em uma taxa de evasão escolar alarmante entre estudantes trans e travestis que, muitas vezes, abandonam os estudos ainda no ensino básico devido ao ambiente hostil. Para Berenice Bento (2011), o termo mais adequado para descrever esse fenômeno seria “expulsão” e não evasão, visto que pessoas trans são forçadas sistemicamente a deixar a educação básica e, conseqüentemente, não acessam o ensino médio/superior.

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”. No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas

---

<sup>2</sup> Neste artigo, optamos por utilizar o termo “corpos” como demarcação linguística transgressora de gênero, jogando luz sobre corpos transvestigêneres quando eles estão no centro da ação.

que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia.” (Bento, 2011, p. 555)

Um dos aspectos mais críticos da nossa vivência nas universidades é a utilização de banheiros. O simples ato de usar um banheiro pode se transformar em uma fonte de ansiedade e medo devido à possibilidade de confrontos, humilhações e violências. A não aceitação do uso de banheiros que correspondem à identidade de gênero autodeclarada é uma forma de discriminação e exclusão da forma mais perversa socialmente. Preciado (2019), em suas reflexões, aponta como os banheiros públicos são espaços de reafirmação das normas de gênero cis-heteronormativas. Ele argumenta que os banheiros, ao serem segregados por gênero, servem como mecanismos de controle que reforçam categorias binárias de gênero e excluem aquelas que não se conformam a essas normas, tornando o ato de usar o banheiro uma batalha diária e cansativa para pessoas trans e travestis.

O espaço acadêmico, que deveria ser um ambiente de aprendizado e crescimento, se transforma em um local de violências e exclusões. Jota Mombaça (2015) destaca como o espaço acadêmico produz certas vozes como ausentes, ou mesmo, inexistentes, criando regimes de verdade onde essas vozes são silenciadas e marginalizadas. Esses processos de exclusão nos impedem de participar plenamente do ambiente acadêmico. A violência que se fala aqui, pode ser tanto física quanto simbólica. No que se refere à violência simbólica, inclui-se principalmente a negação de identidades, a patologização das experiências trans e travestis e a perpetuação de estereótipos e preconceitos. Essas formas de violências possuem um impacto profundo na nossa saúde mental e emocional, comprometendo nossa capacidade de engajar e prosperar academicamente.

Apesar dos desafios, as nossas corpos trans e travestis têm se engajado e se jogado em lutas e resistências importantes e significativas dentro das universidades. Projetos como o Cine Trava na UFPB são exemplos de como a organização coletiva pode levar a mudanças concretas. Esse projeto, que é quem escreve este artigo, esteve em colaboração com outros coletivos, conseguiu aprovar uma medida que garante o direito de todo estudante usar banheiros e outros espaços segregados por gênero de acordo com a sua identidade de gênero autodeclarada. Essa vitória é um marco importante na nossa luta por direitos básicos e demonstra a importância da ação coletiva, do ativismo e do artivismo dentro das instituições acadêmicas.

A nossa vivência nas universidades é uma questão complexa que envolve múltiplos níveis de exclusão e discriminação. No entanto, as resistências e as lutas contínuas dessas corpos demonstram possibilidades reais de mudanças. É essencial que as universidades reconheçam e abordem as necessidades específicas de estudantes trans e travestis, criando políticas afirmativas e práticas que promovam um ambiente verdadeiramente inclusivo e seguro, favorecendo a nossa permanência.

### **3. Banheiros Públicos: algumas reflexões**

As questões de gênero e espaços públicos têm sido objeto de intensas reflexões teóricas nas últimas décadas, com pensadores influentes como Preciado (2019) e Mombaça (2015) oferecendo insights críticos sobre como a arquitetura e os espaços públicos são utilizados para reforçar normas de gênero. Essas reflexões são fundamentais para entender as nossas experiências nas universidades e a importância das lutas por espaços verdadeiramente inclusivos.

Preciado (2019) propõe a noção de "máquina-capital-heterossexual" para descrever como o sistema capitalista e heteronormativo estrutura a sociedade de maneira a perpetuar as normas binárias de gênero. Ele argumenta que os banheiros públicos, vistos como meros locais funcionais são, na verdade, espaços arquitetônicos que desempenham um papel crucial na reafirmação e reprodução dessas normas. Segundo o autor, os banheiros segregados por gênero são um mecanismo de controle que reforça a ideia de que há apenas dois gêneros fixos e distintos.

Os banheiros não são neutros; eles são projetados e mantidos para garantir a conformidade com as expectativas de gênero da sociedade. Para nós, pessoas trans e travestis, a utilização de banheiros pode se transformar em uma experiência de vigilância e policiamento, onde nossa identidade é constantemente questionada e desafiada. Essa situação não apenas causa desconforto físico, mas também perpetua a exclusão e a marginalização de nossas corpos.

Mombaça (2015) oferece uma perspectiva crítica sobre o espaço acadêmico, descrevendo-o como um local onde a violência e a produção de verdades hegemônicas ocorrem de maneira sistemática. Mombaça argumenta que a academia funciona como um reproduzidor de conhecimentos dominantes que marginalizam e silenciam certas vozes, particularmente, das pessoas trans e travestis. Esse processo de exclusão é uma forma de violência simbólica que impede o reconhecimento pleno dessas identidades dentro do campo acadêmico.

As violências sexuais e de gênero nos espaços acadêmicos podem se manifestar de diversas maneiras, desde a negação de identidades e experiências trans nos currículos até a discriminação direta e assédio por parte de colegas, funcionários terceirizados, técnicos e/ou professores. Esta exclusão não só afeta a nossa saúde mental e emocional, mas também limita, de forma contundente, as oportunidades de contribuir para o nosso desenvolvimento intelectual.

As reflexões de Preciado e Mombaça sublinham a importância de se criar espaços inclusivos que respeitem e validem todas as identidades de gênero. A transformação dos espaços físicos e simbólicos nas universidades é crucial para promover a igualdade de gênero e combater a discriminação. Isso inclui a implementação de políticas que permitam o uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero autodeclarada, bem como, a inclusão de perspectivas trans e travestis nos currículos e na pesquisa acadêmica.

Além disso, é necessário promover uma cultura institucional que valorize a diversidade e o respeito mútuo. Isso pode ser alcançado através de treinamentos de sensibilidade de gênero para funcionários e estudantes; criação de grupos de apoio e visibilidade de lideranças trans e travestis dentro da academia. Estas medidas não só melhoram a experiência das pessoas trans e travestis, mas também, enriquecem o ambiente acadêmico como um todo, promovendo um espaço mais inclusivo e equitativo para todos.

As teorias e reflexões de Preciado e Mombaça oferecem uma compreensão crítica de como os espaços públicos e acadêmicos são utilizados para reforçar normas de gênero e perpetuar a exclusão de pessoas trans e travestis. Reconhecer e desafiar estas estruturas é essencial. A transformação dos espaços físicos e simbólicos nas universidades não é apenas uma questão de justiça, mas também, uma oportunidade para promover a diversidade e a inovação intelectual. As lutas por espaços inclusivos, tal como as lideradas pelo projeto Cine Trava na UFPB, são passos importantes nesta direção, demonstrando o poder da ação coletiva e da resistência para alcançar mudanças significativas.

#### **4. Banheiros Públicos: violências e opressões**

A contextualização histórica e teórica das violências sofridas por pessoas trans e travestis na utilização de banheiros é crucial para compreender a profundidade e a persistência dessas opressões. Esta seção explora a trajetória histórica das lutas por direitos dessa comunidade, bem como as teorias que elucidam as formas de violência



enfrentadas no ambiente universitário, com um foco especial na Universidade Federal da Paraíba.

As pessoas trans e travestis têm enfrentado violências e exclusões sistemáticas ao longo da história, tanto em espaços públicos quanto privados. No contexto brasileiro, essas violências são agravadas por uma sociedade que, historicamente, marginaliza e criminaliza as identidades não conformes com as normas cis-heteronormativas. A utilização de banheiros é um exemplo nítido dessa marginalização, onde a negação do direito básico de acessar um espaço seguro reflete a discriminação generalizada contra nossa população.

Na UFPB, assim como em muitas outras universidades, pessoas trans e travestis relatam experiências de exclusão e violência ao tentar usar os banheiros que correspondem à sua identidade de gênero. Esses relatos incluem desde olhares de reprovação e comentários ofensivos até agressões físicas. A ausência de políticas afirmativas e inclusivas sobre o uso de banheiros contribui para um ambiente de insegurança e de medo constante.

Para entender as violências enfrentadas por pessoas trans e travestis, é fundamental recorrer a teorias críticas sobre gênero e poder. Michel Foucault (2001), em sua análise das instituições e do poder disciplinar, mostra como os corpos são regulados e controlados através de práticas discursivas e não discursivas: "a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*" (Foucault, 2001, p. 153). Essa perspectiva é útil para compreender como os banheiros funcionam como mecanismos de controle social que reforçam a normatividade e normalizam de forma irreal condutas de gênero.

Judith Butler (2018), por sua vez, argumenta que o gênero é performativo, o que significa que ele é continuamente produzido e reproduzido através de atos repetitivos. No contexto dos banheiros, as expectativas sociais sobre a conformidade de gênero são reiteradas, e qualquer desvio dessas normas é punido através de diversas formas de violências. Para Butler, essas violências não são apenas físicas, mas também simbólicas, manifestando-se através da exclusão e do silenciamento de identidades não conformes.

Os casos de violência na UFPB exemplificam a necessidade urgente de políticas inclusivas. Estudantes trans e travestis têm compartilhado suas experiências de medo e humilhação ao tentar usar os banheiros. Em muitos casos, a falta de suporte institucional

agrava a situação, deixando esses estudantes sem recursos para denunciar e combater a discriminação.

Relatos de estudantes que foram obrigados a sair de banheiros por seguranças ou colegas mostram a gravidade do problema. Essas experiências destacam a vulnerabilidade das pessoas trans e travestis e a necessidade de ações concretas para proteger nossos direitos. Além disso, a falta de sensibilização e treinamento sobre questões de gênero entre funcionários e estudantes contribui ainda mais para a perpetuação dessas violências.

A luta pelo direito ao uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero é um aspecto central das nossas mobilizações na UFPB. O projeto de extensão “Cine Trava” realiza, desde sua fundação em 2018, campanhas de conscientização, oficinas e eventos para discutir a importância do respeito à identidade de gênero e os direitos das pessoas trans e travestis. Essas ações contribuíram na elaboração da resolução que garante o direito ao uso de banheiros conforme a identidade de gênero autodeclarada, aprovada em 18 de dezembro de 2023. Esta vitória representa um marco importante na luta por direitos e reconhecimento dentro da universidade.

A conquista da medida que permite o uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero autodeclarada na UFPB pode ser analisada à luz das teorias de mudança social e direitos humanos. Segundo Nancy Fraser (2001), a luta por reconhecimento é tão importante quanto a luta por redistribuição. Para Fraser, o reconhecimento de identidades marginalizadas é fundamental para a justiça social.

Além disso, a teoria de resistência de James C. Scott (2002), que discute como os grupos subalternos utilizam "armas dos fracos" para desafiar o poder hegemônico, é relevante para entender a estratégia dos coletivos trans e travestis. Assim, a mobilização através de projetos de extensão, campanhas de conscientização e articulação com outros movimentos sociais demonstra como a resistência cotidiana pode levar a mudanças significativas.

A contextualização das violências enfrentadas por pessoas trans e travestis na utilização de banheiros na UFPB revela a profundidade e a complexidade dessas questões. Compreender essas violências à luz das teorias críticas de gênero e de poder é essencial para promover mudanças estruturais nas instituições acadêmicas. Lutas e conquistas recentes, tal como a aprovação da medida de uso de banheiros conforme a identidade de gênero autodeclarada, mostram que a resistência e a mobilização coletiva são caminhos viáveis e necessários para assegurar direitos e a dignidade de pessoas trans e travestis.

## 5. A Luta pelo Direito ao Uso de Banheiros na UFPB

A luta pelo direito ao uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero na Universidade Federal da Paraíba é emblemática nas batalhas mais amplas travadas pela comunidade trans e travesti em instituições de ensino superior. Este tópico examina o desenvolvimento dessa luta, a articulação de ativistas e coletivos, bem como, os resultados alcançados até o momento.

A mobilização para garantir o direito ao uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero na UFPB foi impulsionada, como já relatado, por coletivos de estudantes e projetos de extensão, com destaque para o projeto Cine Trava, o NEP e o COMU. Esses dois projetos e o comitê desempenharam um papel crucial na conscientização sobre as questões enfrentadas pela população trans e travesti na universidade.

O Cine Trava organizou uma série de atividades, incluindo exibições de filmes, debates e oficinas, que abordaram a temática da identidade de gênero e os direitos das pessoas trans. Essas atividades não só seguiram na tentativa de educar a comunidade universitária sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes trans e travestis, mas também, criaram um espaço de apoio e solidariedade. Através de parcerias com outros coletivos e grupos de direitos humanos, o Cine Trava ampliou o alcance de suas ações e fortaleceu a mobilização coletiva.

Um dos aspectos mais desafiadores da luta pelo direito ao uso de banheiros na UFPB foi a necessidade de estabelecer um diálogo efetivo com a administração universitária. Os ativistas enfrentaram resistências que, muitas vezes, se manifestavam na forma de indiferença ou oposição. Foram necessárias verdadeiras estratégias de combate e de negociação para que os processos burocráticos andassem (mesmo que a passos lentos).

A criação de um diálogo construtivo e estratégico envolveu, entre outras coisas, a apresentação de dados e relatos sobre a violência e a discriminação sofridas por estudantes trans e travestis, bem como, a proposição de políticas inclusivas baseadas em exemplos de outras instituições que já haviam implementado mudanças semelhantes com relação ao uso de banheiros. Esse processo de engajamento com os conselheiros foi crucial para a elaboração e aprovação de uma política que garanta o direito ao uso de banheiros conforme a identidade de gênero autodeclarada.

Em dezembro de 2023, após um longo processo de *advocacy* e negociação, o CONSUNI da UFPB aprovou a resolução nº 01/2024 que assegura o direito de estudantes,

servidores e visitantes utilizarem banheiros e demais espaços segregados por gênero de acordo com sua identidade de gênero autodeclarada, independentemente do registro civil. Esta medida representa uma conquista histórica para a nossa comunidade trans e travesti na universidade e estabelece um novo precedente importante para outras instituições de ensino superior no Brasil.

A aprovação da nossa proposta de minuta (transformada em resolução) tem várias implicações. Em primeiro lugar, ela formaliza o reconhecimento institucional das identidades de gênero autodeclaradas, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Em segundo lugar, a política serve como um instrumento de proteção contra a discriminação e a violência, criando um espaço mais seguro para todos os membros da comunidade universitária. Por fim, a medida pode incentivar outras universidades a adotarem políticas similares, contribuindo para uma transformação mais ampla nas instituições de ensino superior.

Embora isso represente um avanço significativo, a implementação efetiva dessa política enfrenta desafios. A resistência cultural e institucional ainda pode manifestar-se de diversas formas, desde a falta de cumprimento da política por parte de alguns membros da comunidade universitária incluindo da administração central, responsável por implementar a política, afixando cartazes e promovendo debates formativos, até a necessidade de contínua educação e sensibilização sobre questões de gênero. Apesar da resolução ter sido aprovada em dezembro de 2023, ela foi publicada apenas em março de 2024 depois da pressão dos conselheiros, demonstrando a resistência burocrática da gestão interventora em aplicar as determinações do CONSUNI. É importante frisar também que estamos escrevendo este artigo em julho de 2024 e, até agora, a reitoria não afixou as placas de identificação dos banheiros, que estavam previstas para serem instaladas no máximo em três meses.

Art. 2º Serão fixados cartazes e outros instrumentos de sinalização visíveis e acessíveis, pelos setores de gestão, em todos os campi da UFPB, indicando que o acesso aos locais previstos no caput do art. 1º respeitará a identidade de gênero autodeclarada do(a) usuário(a).

Parágrafo único. Competirá à Proex representada neste ato pelo Comitê de políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres a elaboração do conteúdo dos cartazes e instrumentos de sinalização referente ao caput.

Art. 3º A UFPB deverá promover ações educativas e de capacitação a servidores e terceirizados, bem como de ensino, pesquisa e extensão que favoreçam a cultura e respeito à

diversidade de gêneros e de sexualidade na instituição, contribuindo para a superação de preconceitos e violação de direitos humanos e para conscientização da necessidade da medida inclusiva adotada. (CONSUNI/UFPB, 2024).

A continuidade do trabalho dos coletivos e projetos de extensão engajados nessa questão é essencial para garantir que a política aprovada seja aplicada de maneira eficaz. Bem como, é fundamental a disposição política da administração central para realizar as determinações da resolução, que incluem: atividades educativas; fixação de placas de orientação da resolução nos banheiros; monitoramento e implementação; oferecimento de treinamentos e workshops para funcionários e estudantes; e manter um canal aberto de comunicação com a administração universitária para resolver quaisquer problemas que surjam.

Apesar das conquistas, é crucial ampliar as discussões sobre outros direitos e necessidades da comunidade trans e travesti na universidade, incluindo questões de saúde, suporte psicológico, inclusão e permanência acadêmica através das cotas trans e política de assistência estudantil específicas. A luta pelo uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero é apenas uma pequena parte de um movimento que deve ser muito mais amplo por reconhecimento e igualdade de direitos.

A luta pelo direito ao uso de banheiros na UFPB é um exemplo poderoso de como a mobilização coletiva e o ativismo podem levar a mudanças institucionais significativas. Através da persistência e da articulação estratégica. Essa conquista demonstra a importância do trabalho contínuo de conscientização e advocacia, e destaca a necessidade de um compromisso contínuo por parte das instituições e de seus atores sociais para garantir a implementação eficaz de políticas inclusivas.

A política de inclusão de banheiros na UFPB teve um impacto imediato e positivo na vida das pessoas trans e travestis. A possibilidade de utilizar banheiros que correspondem à sua identidade de gênero reduz significativamente o estresse e a ansiedade. Antes da implementação da política, muitas evitavam usar banheiros, o que afetava negativamente suas saúdes e desempenhos acadêmicos. Com a nova política, podemos usar os banheiros com um pouco mais de resguardo institucional, mas continuamos atentas!

A adoção da política de banheiros inclusivos também impacta a cultura institucional da UFPB. Ao adotar essa postura mais inclusiva, a universidade valoriza a diversidade e se compromete com a promoção de um ambiente de respeito e igualdade.

Isso pode influenciar outras áreas da instituição, promovendo discussões mais amplas sobre inclusão e diversidade. Treinamentos e oficinas de sensibilização sobre questões de gênero podem ser ampliados, promovendo uma cultura de respeito e compreensão. A política de banheiros pode servir como um catalisador para outras iniciativas inclusivas, como a implementação de cotas para pessoas trans e a criação de espaços de apoio para estudantes LGBTQIA+.

A possibilidade de utilizar banheiros de acordo com a identidade de gênero tem um impacto profundo na saúde mental e no bem-estar das pessoas trans e travestis. A constante vigilância e o medo de discriminação ao usar banheiros públicos podem levar a níveis elevados de estresse, ansiedade e depressão. A implementação da política inclusiva na UFPB ajuda a aliviar esses sentimentos, proporcionando um ambiente minimamente mais seguro e acolhedor. Políticas inclusivas estão associadas a melhores resultados de saúde mental entre pessoas trans e travestis. Ao reduzir as barreiras e a discriminação, a UFPB está promovendo um ambiente onde estudantes podem se concentrar em suas atividades acadêmicas e sociais sem a constante preocupação com sua segurança e aceitação.

Embora a política de banheiros inclusivos represente um grande avanço, sua implementação completa e sustentada ainda enfrenta desafios. A resistência cultural e institucional está ativa e é necessário um esforço contínuo para garantir que a política seja aplicada de forma consistente. Isso inclui a necessidade de monitoramento contínuo e feedback da comunidade para identificar e resolver problemas que possam surgir. A educação e a sensibilização são fundamentais para superar resistências e garantir que mais pessoas compreendam a importância da política. E, tal como dito anteriormente, treinamentos regulares para funcionários e campanhas de conscientização para estudantes podem ajudar a consolidar a mudança cultural necessária para que a política tenha sucesso a longo prazo.

Os efeitos positivos dessa política são evidentes na melhoria da saúde mental e bem-estar das pessoas trans e travestis, na transformação da cultura institucional e na percepção pública da UFPB como uma instituição progressista e inclusiva, apesar da intervenção ainda em andamento. É essencial manter o compromisso com a implementação efetiva e sustentável da política, enfrentando os desafios com educação e sensibilização contínuas. Essa conquista é um exemplo poderoso de como a mobilização e o ativismo podem levar a mudanças significativas em direção à inclusão e à justiça social.

## **Considerações Finais**

A luta pelo direito ao uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero UFPB representa um marco significativo para a comunidade trans e travesti, além de simbolizar um avanço importante na busca por inclusão e justiça social dentro das instituições de ensino superior. A mobilização de projetos de extensão, como o Cine Trava, e a articulação de coletivos e ativistas, foram fundamentais para que essa conquista se tornasse realidade, mostrando a força e a determinação das corpos dissidentes em enfrentar e superar as barreiras impostas pela cisnormatividade.

A implementação da política inclusiva de banheiros na UFPB trouxe impactos imediatos e positivos, promovendo um ambiente mais seguro e acolhedor para nós, pessoas trans e travestis. A possibilidade de utilizar banheiros que correspondem à identidade de gênero autodeclarada reduz significativamente o estresse e a ansiedade, contribuindo para o bem-estar e a nossa saúde mental. Além disso, essa medida fortalece a autoestima e o senso de pertencimento, facilitando a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes trans e travestis.

A política de banheiros inclusivos também teve um efeito transformador na cultura institucional da UFPB, promovendo discussões mais amplas sobre inclusão e diversidade. Ao adotar uma postura inclusiva, a universidade demonstra seu compromisso com a promoção de um ambiente de respeito e igualdade, influenciando outras áreas da instituição e servindo de exemplo para outras universidades.

No entanto, a implementação efetiva e sustentada dessa política enfrenta desafios, incluindo a resistência cultural e institucional. É necessário um esforço contínuo de monitoramento, educação e sensibilização para garantir que a política seja aplicada de forma consistente e eficaz. A continuidade do trabalho dos coletivos e projetos de extensão é essencial para superar esses obstáculos e garantir que a política inclusiva se sustente ao longo do tempo.

Por fim, a conquista da política de banheiros inclusivos na UFPB é um exemplo poderoso de como a mobilização e o ativismo podem levar a mudanças significativas. Essa vitória não é apenas um marco para a comunidade trans e travesti, mas também um passo importante para toda a sociedade em direção à equidade e justiça social. A história da UFPB serve como inspiração, mostrando que é possível construir um ambiente educacional mais justo e inclusivo através do compromisso, da resistência e da solidariedade coletiva.

## Referências

- BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Estudos Feministas, Florianópolis, p.549-559, maio-agosto/2011.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Editora Vozes. 2001.
- LIBERATO, Ayira. **É PRECISO ESQUECER QUE SOU UMA TRAVESTI: Sobre afetações trans do eu-só, ao eu-comunidade.** Trabalho de conclusão de curso do Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.
- MOMBAÇA, Jota. Pode um cú mestiço falar. **Medium**, Jan 6, 2015. Disponível em: <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>>.  
Acesso em: 10 de junho de 2024.
- FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista.** In: SOUZA, J. (Org.) *Democracia hoje*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- PRECIADO, Paul B. Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino. Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. **Revista Performatus**, Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019. ISSN: 2316-8102.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto contra-sexual: práticas subversivas de identidade sexual.** 2. ed. Madrid: Opera Prima, 2017.
- SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** Campina Grande: Editora Raízes, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. **Resolução nº 01/2024, de 25 de março de 2024.** Dispõe sobre assegurar às pessoas travestis, transexuais, não binárias e transgêneras, o uso de banheiros e demais espaços segregados por gênero, de acordo com a identidade de gênero autodeclarada, independente do que conste em seus registros civis. João Pessoa: Conselho Universitário (CONSUNI), 2024. Disponível em: <<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:9d695ec6-db1b-46cc-be20-09da18f3c9e8>>. Acesso em: 10 de junho de 2024.